

HT-38

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

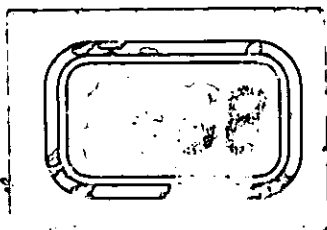
DEPARTAMENTO DE HISTORIA

Trabalho de Diploma

Tema: *Papel das Igrejas Protestantes no
Processo de Paz em Mocambique
1980 - 1992.*

Elaborado por:

Agostinho Nicolas Jessen



Maputo
1997

2:32(679)
J587 04

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 26153
DATA 7/ Maio 1998
AQUISIÇÃO em Data
COTA HT-38

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

Departamento de História

Tema: Papel das Igrejas Protestantes no Processo de Paz em Moçambique 1980 - 1992.

**Trabalho de Diploma para obtenção do Grau Académico de
Licenciatura em História.**

Trabalho desenvolvido sob supervisão da Dra. Teresa Cruz e Silva.

**Elaborado por:
Agostinho Nicolas Jessen.**

DECLARAÇÃO

Eu, *Agostinho Nicolas Jessen*, declaro pela minha honra que para a elaboração da presente dissertação foram utilizadas as referências bibliográficas mencionadas ao longo do trabalho.

(AGOSTINHO NICOLAS JESSEN)

Agradecimentos

O presente trabalho foi possível graças ao esforço realizado por mim, que não teria significado se não tivesse tido o apoio prestado por diferentes instituições.

A essas vão os meus sinceros agradecimentos.

Uma menção especial é dedicada a Dra. Teresa Cruz e Silva pela paciência na Tutoria deste Trabalho.

Por último queria endereçar a minha sincera gratidão aos Drs. David Hedges, João Paulo, e Eric Morier Genoud pela contribuição que deram para que o trabalho fosse realizado.

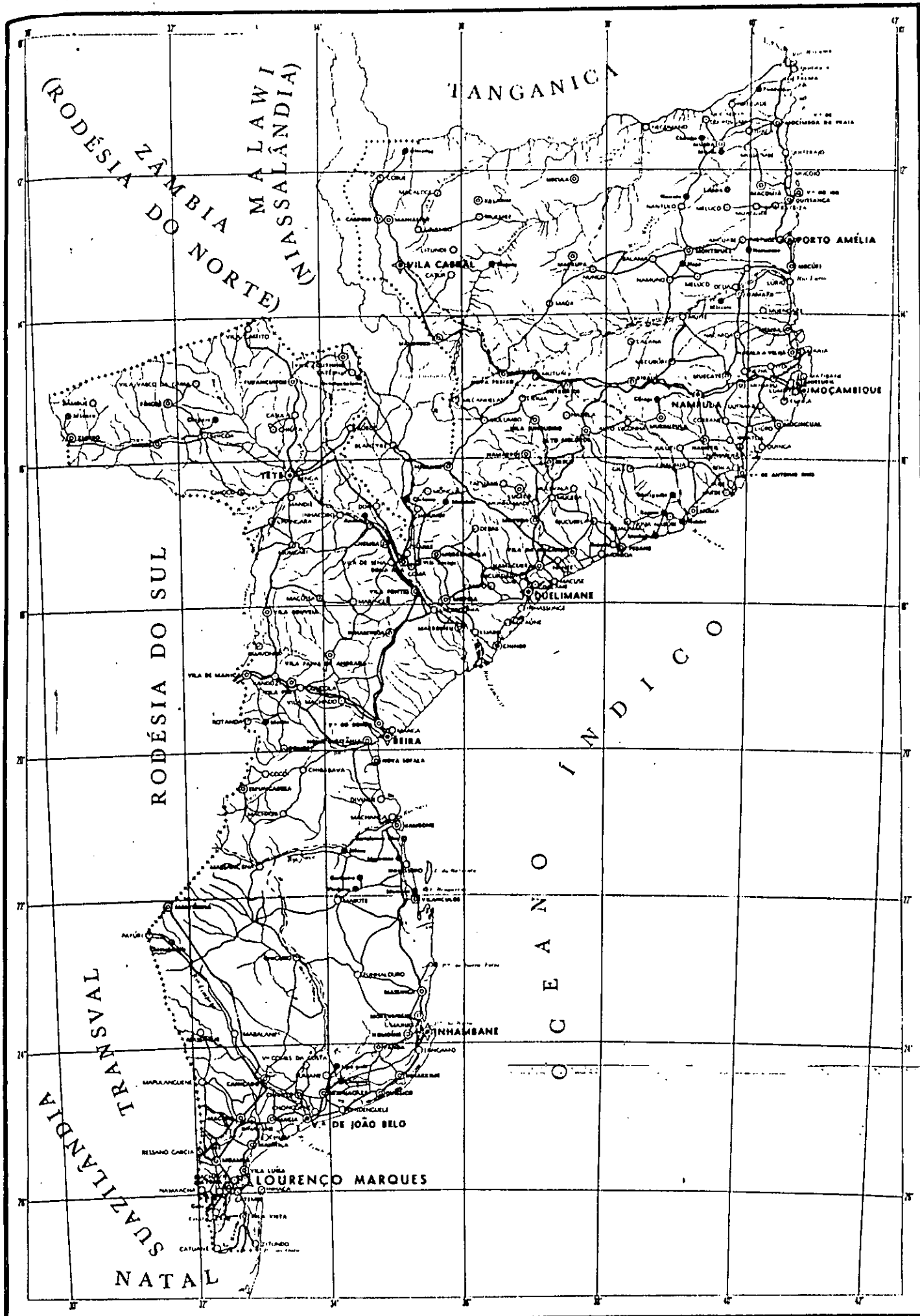
Dedicatória

Dedico este trabalho a minha esposa e aos meus filhos pelo apoio, carinho, força e compreensão que sempre deram nos momentos mais difíceis para que este trabalho fosse realizavel

Índice

1	Introdução	3
2	Objectivos	4
3	Hipóteses	5
4	Fontes	5
I Capítulo		
	A Igreja no Período Colonial 1940-1974	13
II Capítulo		
	A Independência e o conflito Igreja-Estado (1975-1980)	20
III Capítulo		
3	Preocupação das Igrejas Protestantes com a Violência(1980-1992)	28
3.1	O Acordo de Incomáti e outros esforços para Alcançar a Paz	30
3.2	As Igrejas Contactam a RENAMO com a Autorização do Governo	34
3.3	Retirada das Igrejas das Negociações a Pedido do Presidente Chissano	38

5	Conclusão	41
6	Bibliografia	43
7	Anexos	



RESUMO

Este trabalho analisa o contributo que as Igrejas Protestantes deram ao Processo de Paz em Moçambique.

Os últimos 20 anos da História de Moçambique foram caracterizados por uma guerra contínua que opôs o Governo à Renamo. Esta guerra provocou muitas mortes, e destruição de infraestruturas, que aliadas às condições climáticas adversas levaram a uma situação económica difícil do país e a crise política e social.

Entre 1980 e 1982 para fazer face à difícil situação do país o Partido Frelimo promoveu uma série de iniciativas visando uma ampla reconciliação com os diversos sectores da sociedade, a fim de se garantir um desenvolvimento social seguro.

É nesta base que o Partido Frelimo reuniu-se com as várias congregações religiosas em 1982. Este encontro foi um início de uma viragem nas relações com as Igrejas. Em 1984 o Governo assina os Acordos de Nkomati com a África do Sul com o fim de garantir a tranquilidade. O Acordo de Nkomati não resultou, a violência aumentou no país. As Igrejas tal como haviam tentado anteriormente voltaram a chamar a atenção ao Governo para a necessidade de se chegar a um acordo negocial. Em 1987 o Governo deu o aval às Igrejas e estas a envolverem-se nas negociações com o objectivo de se criar uma plataforma para o diálogo. Esta plataforma foi criada após várias rondas negociais e conseguiu-se alcançar a paz em 1992. Neste processo de busca pela

paz tiveram um papel pioneiro as Igrejas Protestantes embora o processo final tenha decorrido sob os auspícios da Igreja Católica.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o papel das Igrejas Protestantes em Moçambique no período compreendido entre 1980 e 1992.

1980 marca o período de agudização da guerra em Moçambique e o reconhecimento da sua gravidade pelo Governo Moçambicano.

1992 marca o fim da guerra e o advento de um novo período histórico em Moçambique com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique).

Embora o âmbito deste estudo se refira as Igrejas Protestantes em Moçambique no seu conjunto, o nosso interesse específico dirige-se para as Igrejas Protestante ligadas ao Conselho Cristão de Moçambique¹, particularmente para as Igrejas Presbeteriana, Anglicana e Metodista

¹ CONSELHO CRISTÃO DE MOÇAMBIQUE é uma confraternidade constituída por 19 Igrejas e a União Bíblica: Igreja Anglicana em Moçambique, Igreja Metodista, Igreja Episcopar, Igreja Congregacional Unida em Moçambique, Igreja do Cristo em Moçambique, Igreja Evangelica do Bom Pastor, Igreja Evangélica de Cristo em Moçambique, Igreja Evangélica Emanuel Wesleyana, Igreja Exército de Salvação de Almas, Igreja Metodista Unida em Moçambique, Igreja Presbeteriana de Moçambique, Igreja Reformada em Moçambique, Igreja União Baptista de Moçambique, Sociedade Bíblica de Moçambique, União Bíblica de Moçambique. BALOI, Obede

Unida, seleccionadas para o nosso estudo pela sua contribuição no Processo de Paz. Pelo papel desempenhado pela Igreja Católica no Processo de Paz, ela será também largamente referida.

2. OBJECTIVOS

Com este trabalho pretendemos não só sistematizar os estudos mais recentes sobre o papel jogado pelas Igrejas Cristãs no Processo de Paz em Moçambique, com um enfoque nos problemas sociais de uma história mais recente, mas também trazer novas contribuições a esta análise, através dos estudos de caso referentes a Igreja Presbiteriana de Moçambique, Igreja Anglicana e Igreja Metodista Unida.

Os objectivos principais deste estudo podem assim ser resumidos nos seguintes pontos:

1. Analisar as causas que opuseram o Estado às Igrejas Protestantes no período pós-independência.
2. Estudar o papel social desempenhado pelas Igrejas Protestantes num processo de rápida mudança social.
3. Analisar o papel desempenhado pelas Igrejas Protestantes particularmente a Igreja Presbiteriana de Moçambique a Igreja Anglicana, a Igreja Metodista Unida, para se alcançar a Paz em Moçambique.

(1995)- " Gestão de Conflitos e Transição Democrática". In: MAZULA, Brazão. Moçambique, Eleições Democrática e Desenvolvimento. Maputo, p.508

3. HIPÓTESES

1. . A prática do Estado Mocambicano depois da Independência Nacional nas suas relações com as Igrejas em Moçambique levam a uma relação difícil entre ambos, particularmente com a Igreja Católica pela relação histórica que ela manteve com o Estado Colonial.

Neste processo, as Igrejas Protestantes embora assumissem uma estratégia diferente na sua relação com o Estado foram também sujeitas a um clima de tensão e enfrentaram dificuldades na realização do seu trabalho.

Os finais da década 70 e inícios da década 80 marcaram uma viragem no processo de relação Estado-Igreja. Contribuíram para isso o contexto sócio-económico e político deste período, onde a crise económica e social obrigaram os dois actores a redefinirem os seus papéis sociais.

2. As Igrejas no geral desempenharam um papel fundamental no processo de busca pela paz em Moçambique. As Igrejas Protestantes reunidas no Conselho Cristão de Moçambique coube o papel pioneiro de tentar dialogar com as partes envolvidas na guerra, RENAMO e FRELIMO, embora o Acordo Final fosse assinado sob os auspícios da Igreja Católica Romana.

4. FONTES.

Durante a realização do trabalho várias foram as dificuldades encontradas para o acesso à informação. Entre elas há a assinalar:

- a) Bibliografia escrita e publicada limitada sobre o tema seleccionado.
- b) Dificuldade de acesso a documentos escritos importantes referentes ao tema em estudo.
- c) Dificuldades na elaboração de entrevistas por falta de abertura dos informadores e dificuldade de acesso a certos informadores.
- d) Falta de financiamento para as deslocações.

e)

As dificuldades por nós enfrentadas no acesso às fontes escritas não publicadas existentes, a limitação de material publicado e a falta de abertura ou dificuldades de acesso dos potenciais informadores, são características típicas do estudo de processos sociais muito recentes, onde a relação entre o investigador e as fontes não está isenta de problemas como: Sigilo de informação, receio de revelar factos que envolvem pessoas em vida, peso de ideologia e a força do Partido no poder sobre alguns informadores e ainda dificuldades de objectivar um passado tão recente:

" Os historiadores do passado estudam o seu presente em referencia enquanto o historiador contemporaneo se refere a elementos do passado, produz instantaneamente um enriquecimento. Dai uma análise com vista a detectar a relação dos acontecimentos com as circunstancias estruturais e explicar com efeito de técnicas contemporaneas de um meio social, de posições económicas e políticas, isto é o produto particular que mantém com outros lugares do poder"²

Para o desenho do projecto de investigação e realização deste estudo basei-me em fontes escritas e orais.

² LE GOFF, Jacques, et al. (1977). A Nova História, Edições 70. Lisboa. pp.32-34.

As fontes escritas utilizadas foram basicamente secundárias, monografias, artigos de publicacoes periódicas e documentos produzidos pelas diversas instituições protagonizantes do Processo de Paz em Moçambique, sobre as quais gostria de tecer os seguintes comentários:

- a) Fontes secundárias sobre o Processo de Paz em Moçambique: Existe pouco material que fala concretamente sobre esta temática por se tratar de um período recente da história de Moçambique. Estas fontes circunscrevem-se mais a artigos publicados em jornais, enriquecidas mais recentemente por obras publicadas por moçambicanos e estrangeiros.

As análises referentes a Igreja e a religião em Moçambique fazem parte de novas tradições de abordagem desta problemática, pelo que muitos dos trabalhos existentes se limitam às Igrejas no período colonial.

- b) Fontes escritas primárias. Este tipo de fontes é de mais difícil acesso pelas razões acima expostas. Tive no entanto oportunidade de consultar algumas na Sede da Igreja Presbeteriana de Moçambique, como algumas cartas e relatórios dos encontros que o Conselho Cristão de Moçambique manteve no Malawi com o líder da RENAMO, numa altura em que as conversações em Roma estavam a ser muito lentas, e o Conselho Cristão de Moçambique e a Igreja católica intervieram por várias vezes para dar celeridade às negociações.
- c) Fontes orais, baseadas no trabalho de campo através de entrevistas aos dirigentes das Igrejas que participaram no Processo de Paz e outros informadores que estiveram directamente ligados ao caso. São fontes que nos permitem confirmar as fontes escritas.

Pela importância que algumas fontes secundárias escritas tiveram no nosso estudo, gostaria de destacar as que se seguem:

1. SENGULANE, Dinis (1994) - Victória sem vencidos: A História do Processo de Paz para Moçambique do ponto de vista do Conselho Cristão de Moçambique, Maputo: Edição. [S.n.].

- Esta obra faz uma análise do contributo que o Conselho Cristão de Moçambique teve na solução do conflito que opunha a FRELIMO à RENAMO.

- Inclui as diversas rondas negociais, desde os primeiros momentos até à última ronda e os diversos locais e pontos de encontro. Trata também dos Acordos de Roma.

- Embora nos traga elementos importantes referentes às negociações, datas e locais, a obra é fraca porque os assuntos estão pouco desenvolvidos, havendo uma análise pouco profunda deste processo que acaba por assumir formas descritivas em jeito de um relatório de viagem.

2. VINES, Alex and WILLSON, Ken (1983). " Church and the Peace Process in Mozambique. Paper Present at the Christian Church and Africa Democratisation". Conference, 20-23 Setembro 1983. University of Leeds. 17 p.

- Este artigo começa por abordar a Igreja Católica do período Concordatário até 1992, com os Acordos

de Roma, fazendo uma abordagem das relações Igrejas-Estado, em diversos períodos históricos com um foco nos mais recentes.

- O artigo aborda as questões das escolas Católicas em Moçambique e a sua actuação, fala também da mudança de atitude por parte das Igrejas Católicas na década 60, com a independência de vários países de África e o início da luta armada nas colónias portuguesas.

- O artigo aborda ainda as questões da guerra em Moçambique, a aproximação das Igrejas ao governo na tentativa de se promover a paz, incluindo as várias rondas negociais e os caminhos percorridos até Roma, para se alcançar a paz.

- O artigo é importante para este estudo porque possui informações sequenciadas e com uma boa análise dos acontecimentos de 1990-1992.

3. VINES, Alex (1983). " Mozambique: The Road to People Peace (1982 1992)". Paper for Sission Vi-k: The of war, the Transition to Peace: Lessons from Mozambique. African Studies Association 36th Annual Meeting . Boston, 33 p.

Este artigo não se diferencia muito do referido anteriormente. O autor que é o co-autor do anterior aborda a questão da guerra em Moçambique, da intervenção das Igrejas para conduzir a paz, faz referências às propostas tanto do governo (que são os 12 pontos), bem como a contra-proposta da Renamo com 16 pontos.

Vines aborda a questão da desconfiança que o Estado tinha em relação a Igreja Católica suspeita de estar a apoiar a RENAMO, pelo facto da RENAMO exigir maior liberdade religiosa.

4. SERAPIÃO, Luís B. (1993). " Moçambique liberation front (FRELIMO) and religion in Moçambique, 1962-1988: África: Instituto Italo Africano, pp.11-124.

Este artigo começa por abordar a presença das várias confissões religiosas em Moçambique colonial e o seu espaço de actuação. Fala da hegemonia Católica no período colonial, da relação que as várias igrejas tiveram com a FRELIMO durante a luta de libertação, a contribuição que algumas Igrejas deram à FRELIMO, sobretudo as Protestantes, na formação de uma consciência nacional. Serapião fala ainda dos conflitos que surgiram após a independência nacional entre o Estado e a Igreja, apontando vários factores para o conflito, como as nacionalizações dos bens das Igrejas.

Embora a sua análise nem sempre seja objectiva, e muitas das suas afirmações não sejam sustentadas por fontes fiáveis, o artigo é importante pois permite-nos fazer análises de carácter metodológico, para além de trazer informações factuais úteis.

5. SOUSA, José Augusto Alves (1995). A Igreja e a Paz em Moçambique: Síntese Histórica 1974-1994. Maputo : Edibosco.

Esta obra é uma síntese histórica sobre o Processo de Paz, do ponto de vista da Igreja Católica, sobre o período 1974-1994.

De um modo geral a obra faz uma análise da guerra em Moçambique e das suas consequências. Aborda a situação da população e da economia face à guerra, e a aproximação das Igrejas ao Estado com o objectivo de se encontrar uma solução com base no diálogo, para o fim da guerra.

O autor analisa todas as etapas e rondas negociais até ao Acordo de Roma e o posterior processo de eleições. É uma obra de referência para posteriores pesquisas.

6. MACHEL, Samora (1983) "Reunião da Direcção do Partido e do Estado com os representantes das Confissões Religiosas". In: Consolidemos Aquilo que nos Une, Maputo.

Este trabalho resultou da reunião que o Partido FRELIMO e Estado Moçambicano tiveram com as Confissões Religiosas de Moçambique em 1982 a fim de auscultar os problemas que estas possuíam. Trata-se do discurso proferido pelo Presidente Samora Machel no referido encontro sobre a situação de várias Igrejas, onde Machel critica a sua actuação no período colonial, por elas não terem denunciado o colonialismo e de se terem afastado do povo.

Samora Machel aborda também a situação do país no seu conjunto e da guerra em particular. É uma obra importante porque mostra a forma de pensar do Partido e do Estado em relação à Igrejas.

7. MORIER-GENOUD, Eric (1996). " Of God and Caesar: The Relation Between Christian Church and the State in Post-Colonial Mozambique. 1974-1981. Lousane: Université de Lausanne. Cahier nº3.

É uma versão melhorada do trabalho realizado em 1994, onde o autor aborda a situação da Igreja Católica do período colonial (Concordata 1940), até 1981 pós-independência.

O autor aborda também a questão da posição das Igrejas num país independente, o fim da hegemonia Católica e os conflitos que esta Igreja e outras Protestantes tiveram com o governo.

É um artigo importante porque foca a acção das diferentes Igrejas tanto no período colonial como após a independência e as suas relações com os diferentes regimes.

I. CAPÍTULO: AS IGREJAS NO PERÍODO COLONIAL (1940-1974)

O argumento principal deste capítulo é mostrar a hegemonia que a Igreja Católica possuía em relação as outras Confissões Religiosas em particular as Igrejas Protestantes, devido á sua relação previligiada com o Estado Portugues e a sua colaboração na missao colonial, particularmente através da educação da população indígena, e na sequencia deste processo analisar a relacao Estado-Igrejas entre 1940 e 1974.

Após o Golpe militar de 28.05.1926 estabeleceu-se uma ditadura militar em Portugal seguindo-se um processo que levou á criação do Estado Novo³, subindo ao poder um Partido Católico que fortaleceu a posição da Igreja Católica. O então Ministro das Colónias da ditadura militar, Comandante João Belo, através do decreto nº12485 extinguiu as missões civilizadoras e revigorou a intervenção das missões católicas. O mesmo decreto continha um capítulo sobre a questão da instrução dos indigenas.

O referido decreto marcava o início de um período de estreita colaboração entre o Estado Colonial e a Igreja Católica, depois de um período relativamente difícil para a Igreja Católica durante a República. "A República foi proclamada em 1910. Em 1913 uma lei estabelecia a separação da Igreja e do Estado e substituiu as missões religiosas por missões láicas. O trabalho

³ Estado Novo foi o culminar de uma mudança que resultou de uma profunda crise política económica e social que vinha se arrastando desde 1921. Sobre o assunto V.G. Rosas, Fernando (1926/1974). História de Portugal Vol.VII. Editorial Estampa, Lisboa.

educacional das missões católicas cessou praticamente, e deixou de ser financiados pelo Estado."⁴ O Estatuto Orgânico de 1926, deu-lhe um Estatuto de privilégio na colónia, e a Igreja Católica passou a ter personalidade jurídica e suporte financeiro do Estado⁵. A progressiva colaboração entre a Igreja Católica e o Estado na acção missionária e colonizadora é contudo institucionalizada pela Concordata e pelo Acordo Missionário:

" O Acordo Missionário foi completado e oficializado pelo decreto nº31207 entre o Governo de Salazar e o Vaticano em 1940 e m concretizada pelo Estatuto missionário de 1941"⁶.

Com estes acordos a Igreja ficava directamente responsabilizada pela civilização e educação dos indígenas. De acordo com "o artigo 66º, o ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e seus auxiliares"⁷.

Após a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário o Cardeal D. Teodósio Gouveia⁸, havia prometido acabar com a influência de outras Igrejas em Moçambique, uma atitude que demonstrava a preocupação que a Igreja Católica tinha em relação a influência que estas Igrejas sobretudo as Protestantes, tinham em Moçambique pela acção que elas desempenhavam

⁴ FERREIRA, Eduardo de Sousa (1987). O Fim de Uma Era: O Colónialismo Português em África, Lisboa. p.65

⁵ HELGESSON, Alf (1994)- Church, State and People in Mozambique: An Historical Study with Special Emphasis on Methodist Developments in the Inhambane Region, Uppsala, p.

⁶ FERREIRA, Eduardo de Sousa (1977)Op. cit. p.73.

⁷ Idem

⁸ Cardeal D.Teodósio Clemente de Gouveia, foi nomeado bispo titular de Leuce e Prelado de Moçambique a 18 de Maio de 1936, depois Arcebispo de Lourenço Marques e mais tarde Cardeal da Santa Igreja, após a Concordata. S.J, Agostinho Veloso. (1965). D.Teodósio de Clemente Gouveia: Palatino de Portugal ao Serviço de Deus. p.305

junto das populações, sobretudo através das suas actividades nas áreas da Saúde e Educação. Neste contexto, o Governo Colonial dificultava a entrada de pessoal missionário Protestante em Moçambique e a a legalização das Igrejas Protestantes, limitando também a sua distribuição espacial. Na sequência desta situação:

"Pode dizer-se que o Sul é fortemente protestante, o Centro predominantemente arreigado as crenças tradicionais e o Norte essencialmente muçulmano mas que em todas estas regiões o catolicismo tem, no entanto, milhares de adeptos e com presença significativa"⁹

O Estado Colonial não podia expulsar as Igrejas Protestantes das suas Colónias devido aos vários Acordos internacionais assumidos:

"Como a Conferência de Berlim (1884/85), que no seu **Artigo 5.** garantia o livre e público exercício de todos cultos e o direito de organizar missões pertencentes a qualquer religião nos territórios dos estados que participaram naquela reunião internacional, a Conferência de Bruxelas (1887) e a Convenção Portuguesa de (1891)"¹⁰

11

Assim não tardariam a estabelecer-se na África Portuguesa e em particular em Moçambique, diversas Missões Protestantes compostas maioritariamente por estrangeiros não portugueses. O quadro que asseguir apresentamos dá-nos uma ideia do tipo de Missões Protestantes e datas da sua oficialização em Moçambique pelo Governo Colonial:

⁹ GONÇALVES, José Júlio (1960). Protestantismo em África: Contribuição para o Estudo do Protestantismo na África Portuguesa. Lisboa. p.123

¹⁰ BELCHIOR, Manuel Dias." Evolução Política de Ensino em Mocambique". In: Mocambique. Curso de Extensão Universitária. Ano lectivo de 1964-1965. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina. p.640

11

Igrejas	Data de oficialização	Área de actuação
Missão Suiça	1878	Gaza e Maputo
Igreja Metodista Episcopal	1883	Inhambane
Metodista Wasleyana	1883	Maputo e Gaza
Narazena	1930	Gaza
Anglicana	1893	Gaza e Maputo
União Baptista	1897	Maputo, Gaza, Zambézia e Sul do Niassa
Adventista do Sétimo Dia	1935	Zambézia

Quadro 1 Igrejas Protestantes em Moçambique

Fonte: MORIER-GENOUD (1996), p.74 e GONCALVES, José J. (1960) p.140-142

A acção das Missões Protestantes em Moçambique colonial e a delimitação da sua área de acção ao Sul de Moçambique tinha como objectivo evitar que a sua influência se defundisse por outras partes do país. A actividade das Missões Protestantes estavam sob controlo do Governo Colonial por serem consideradas estrangeiras não portuguesas e suspeitas de utilizarem a capa de actividades religiosas para exercerem actividades políticas.

Assim, as Igrejas Protestantes eram frequentemente acusadas de difundirem ideias nacionalistas aos moçambicanos, através das suas actividades religiosas, e no âmbito social, o que aparecia em contradição com o projecto de criação de um nacionalismo e cultura portuguesa.

Com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário institucionalizou-se um sistema de educação separada para negros e não negros, com a responsabilização da Igreja Católica por um sistema de educação para indígenas, "Ensino Rudimentar": "O Governo Colonial elaborou toda uma legislação sobre o ensino dos indígenas, tratando de todos os aspectos deste ensino e de forma muito pormenorizada, permitia apenas um tipo de ensino e cercava as possibilidades para todos aqueles que não aceitassem a submissão ideológica da Igreja Católica. Foi esta instituição que ministrava o ensino rudimentar"¹²

Os anos 50 foram marcados por uma agudização da discriminação na área da Educação devido a um número crescente de população branca que chegavam a colônia, e a criação de um número maior de escolas para este grupo racial. "desta maneira o número de matrícula nas escolas primárias entre 1951/2 e 1961/2 cresceu de 6663 para 29964 e 3468 para 12044 nas escolas secundárias, enquanto a maior parte da população africana frequentavam as Missões Católicas e um pequeno número nas escolas oficiais e Missões Protestantes"¹³

A década de 60 é marcada por uma nova maneira de pensar e de agir de certas Congregações Religiosas Católicas ou de alguns sacerdotes em Moçambique, devido a influência da independência de vários países africanos, a formação da Frelimo em 1962 e posterior início da

¹² HEDGES, D. e ROCHA, A. (1987) - "Moçambique durante o Apogeu do Colonialismo Português, 1945-1961: A Economia e a Estrutura Social. In: Caderno de História de Moçambique, n.6 capítulo 4. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, p.55

¹³ HEDGES e ROCHA (1987) idem.

Luta Armada em Moçambique em 1964. É neste contexto que uma facção da Igreja Católica se interroga sobre verdadeiro papel da Igreja na sociedade:

"O bispo da Beira Sebastião Soares de Resende¹⁴ criticou publicamente e de uma forma aberta o trabalho forçado e as condições de trabalho nas plantações. Fé-lo duma forma rigorosa que o Governo Colonial viu-se obrigado a retirar o bispo da Beira"¹⁵.

A década de 70 tornou-se mais difícil para a Igreja Católica. O avanço da Luta de Libertação, o crescimento da consciencia anti-colonial, o avanço das ideias de independentistas provoca uma tomada de consciência já referida na década anterior de um número cada vez maior de Missionários e religiosos não portugueses com o conseqüente crescer de protestos e denúncias das várias Congregações, quer sobre a situação colonial quer ainda sobre a relação Estado-Igreja Católica. Em 1971 o mal estar e a crise interna aumentam dentro de uma facção da Igreja Católica o que leva a decisão dos Padres Brancos se retirarem de Moçambique perante a incerteza da sua acção no futuro, após deligências feitas com a Santa Sé. Na sequência disso eles foram expulsos de Moçambique pelo Governo Português.

A gravidade da situação política levou o regime colonial a aumentar o sistema de vigilância e repressão e a reforçar o papel da policia política- PIDE. Estas medidas reflectiam-se, não só

¹⁴ D. Sebastião Soares de Resende foi um bispo que pertencia a ala liberal da igreja católica, a 24 de Abril de 1943 tornou-se no primeiro bispo da Beira, tendo sido sagrado a 15/08/1943. A sua vasta diocese pertenciam os distritos de Manica e Sofala, Tete e Zambézia. Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura 16, Editorial Verbo, Lisboa. p.390

¹⁵ HEDGES e ROCHA (1987) idem. Para mais informcoes Bispo Resende, V.G, TAJÚ, Gulamo (1979)- Sebastiao Soares de Resende, Primeiro Bispo da Beira: notas para uma cronologia. Arquivo, n.6.pp 146-176.

contra a população como também passaram a ter a forma de uma vigilância mais apertada junto aos crentes e líderes de Igrejas Protestantes. O auge da crise viria a culminar com o assassinato do Reverendo Zedequias Manganhela da Igreja Presbiteriana de Moçambique em 1972, e a prisão e detenção de vários crentes.

Esta forma de actuar das autoridades coloniais mostrava a falta de controlo que o Governo Colonial possuía sobre o povo e sobre as Igrejas mesmo a Católica que embora continuasse sua aliada enquanto instituição, apresentava diversos focos de crise e ruptura.

Após o Golpe Militar de 1926 e a subida de um Governo Pro-Católico em Portugal, a assinatura da Concórdia entre o Governo Português e a Santa Sé, fortaleceu consideravelmente a posição da Igreja Católica nas colónias que se assume como religião privilegiada, sendo neste caso as Protestantes relegadas para um segundo plano e condicionadas a trabalhar apenas em certas áreas geográficas, pelo receio que o regime colonial tinha de expansão da sua influência.

Com o agravar da situação política no país nas décadas de 60 e 70, surgem também uma crise na facção da Igreja Católica que contesta a sua posição subordinada ao Estado Colonial e a política colonial. No mesmo período a relação entre o Estado e as Igrejas sofre um agravamento, e as suspeitas do regime sobre as actividades destas Igrejas levam ao culminar da crise com a morte e a prisão de vários líderes crentes Protestantes.

A Independência Nacional põe fim a crise Estado Colonial- Igrejas marcando o início de um novo período e também de uma nova relação entre as duas instituições.

II. CAPITULO : A INDEPENDÊNCIA E O CONFLITO IGREJA-ESTADO (1975-1980)

Este capítulo discute a relação do Estado pós-colonial com as Igrejas em Moçambique e o impacto que as políticas económicas e sociais durante o período 1975-1980 tem sobre as duas instituições.

A 25 de Abril de 1974 dá-se o Golpe de Estado em Portugal, Marcelo Caetano é derrubado. A 5 de Junho em Lusaka, iniciam-se as primeiras conversações entre o governo Português e a FRELIMO com vista a um cessar fogo que pusesse fim a luta armada que durava há cerca de 10 anos. A 7 de Setembro do mesmo ano a Frelimo e o governo Português chegaram a um consenso em todo o estabelecimento dum cessar fogo em todo o território moçambicano e a passagem de poderes a um governo de transição composto na sua maioria por elementos da FRELIMO.

A 25 de Junho de 1975 proclama-se a Independência de Moçambique como uma República Popular. Era o fim do colonialismo e abria-se então um novo capítulo da história de Moçambique.

Com a Independência Nacional profundas transformações vão-se verificar na política moçambicana, e as Igrejas vão ter que se adaptar a nova realidade e procurar o seu lugar e seu papel numa sociedade em revolução.

Após a Independência o novo governo liderado pela FRELIMO de orientação Marxista Leninista, declara-se laico e através da constituição promulgada a 26/06/75 permitia liberdade de culto e direitos iguais a várias igrejas legalmente aceites.

" A República Popular de Moçambique é Estado Laico, nele existindo uma separação absoluta entre o Estado e as instituições religiosas. Na República Popular de Moçambique as instituições religiosas devem conformar-se com as leis do Estado"¹⁶.

Os anos que se seguiram a independência foram caracterizados por tensões no relacionamento Estado-Igrejas. (Obede Baloi aponta dois grandes factores para esse conflito): O primeiro, a disputa desigual imposta pelo Estado Mono-Partidário, liderado por um Partido de Ideologia Marxista Leninista, na produção de visões do mundo. A religião que é uma produtora de visões de mundo, vai se sentir a sua liberdade de acção cerceada.

Segundo factor foram as nacionalizações dos bens das instituições religiosas. Sem as escolas, hospitais, estas instituições estavam desprovidas de seus instrumentos tradicionais na oferta de serviços de efeitos políticos.¹⁷

Neste processo foram nacionalizados vários bens das Igrejas na área da Saúde e Educação. Durante o anúncio das nacionalizações (1975) o Presidente Samora Machel acusou as Igrejas de terem estado ao lado do Governo Colonial e de não ter denunciado a guerra colonial e de estarem a pensar no estrangeiro e não em Moçambique.

¹⁶ Constituição da República Popular de Moçambique, -- Boletim Oficial, 1ª Série, Maputo, 1975 p.7.

¹⁷ BALOI, Obede (1995), op. Cit. P. 510

"A Igreja Católica com sede no Vaticano, os Presbiterianos ligados a Suíça em vez de pensarem em Moçambique, os Metodistas nos Estados Unidos. Todas elas com cabeça no estrangeiro e o corpo em Moçambique".¹⁸

Este discurso provocou indignação nos dirigentes das Igrejas, porque o Chefe de Estado não soube separar as situações diferenciadas das diversas Confissões Religiosas criticando abertamente todas as Igrejas acusadas de terem sido aliadas do colonialismo. Esta posição do Chefe de Estado não agradou como já referi aos dirigentes Protestantes tendo em consideração que na época colonial as Igrejas Protestantes foram ao contrário da Igreja Católica, enquanto instituição, discriminadas e perseguidas pelo regime colonial.

Nos anos que se seguiram, a FRELIMO continuou a praticar uma política hostil as Igrejas, acusando-as de fomentarem a divisão no seio do povo. A religião era apresentada como uma forma de superstição e como a não solução dos problemas. Em alguns casos, para combater "este mal" foram lançadas campanhas especiais de mobilização para convencer a população que a religião não passava de uma mera superstição, Cristo e Alah, foram vistos como ridículos¹⁹, e proibida a prática religiosa fora das Igrejas, em locais como nos hospitais ou escolas.

Manifestações e atitudes similares influenciaram os órgãos do poder na base, como os Grupos Dinamizadores "que utilizavam várias formas de contrariar as horas do culto nas Igrejas"²⁰,

¹⁸ MACHEL, Samora. (1975), Discursos. In: Notícias de 25/07/75

¹⁹ SERPIÃO, Luís. B. (1993) - "Moçambique, liberation Front (FRELIMO) and Religion In: Mozambique, 1962-1988". In: Revista Africa: Instituto Italo Africano. p.117

²⁰ MACACHE, Obias, entrevista conduzida por Agostinho Jessen no Infulene, 13.07.96.

criando assim barreiras as actividades dessas mesmas Igrejas. Neste processo várias Igrejas foram encerradas e os seus crentes muitas vezes proibidos de praticar a religião e os Pastores foram mesmo em alguns casos impedidos de visitar os seus crentes. Ilustrando esta situação Valente Matsinhe Administrador da Igreja Presbeteriana testemunhou-nos que Pastores da mesma Igreja viram-se privados de visitar os seus crentes em Maússe, por ordem do secretário do partido local, por não terem autorização do governo provincial²¹. A reforçar esta situação, há indicações de que em 1979 foram encerradas muitas Igrejas e restringidas os movimentos do pessoal religioso nas províncias de Inhambane e Gaza²²

O Ministério do Interior orgão do Estado que respondia pelas preocupações das igrejas, não tivesse formas de orientação, e não houvesse políticas oficialmente definidas para as Igrejas, as formas de actuação variavam de província para província e sendo os distritos com mais incidência para as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Gaza, onde os órgãos do poder local agiam de maneiras diferentes. Assim muito embora não houvesse legislação vigente sobre Confissões Religiosas, os discursos oficiais em muitos casos acabaram por assumir força de lei. Ilustrando esta situação Jamisse Taimo afirma:

"Na altura nada possuía força legal do ponto de vista do discurso, mas o discurso passou a ter força legal por causa das circunstâncias em que nos encontravamos e por causa do próprio sistema implementado na altura"²³

²¹ MATSINHE Valente- entrevista conduzida por Agostinho Jessen em Maputo a 26/01/95

²² MORIER-GENOUD em (1996), "Of God and Caesar: The Relation Between Christian Church and the State in Past Colonial Mozambique 1974-1981. Lausanne: University de Lausanne Le Fait Missionnaire, Cahier n°3 p.54

²³ TAIMO, Jamisse- entrevista conduzida por Agostinho Jessen em Maputo, 30/01/95

Foi para analisar o papel das Igrejas em Moçambique e da sua actuação no processo de transformações revolucionárias que o Comité Central da FRELIMO reuniu na Beira para encontrar formas de contrariar a influência que as Igrejas tinham no seio do povo e de implementar novas ideias "revolucionárias". Para se fazer um controlo mais de perto do que se tratava nas reuniões da Juventude das Igrejas foram infiltrados elementos da Organização da Juventude Moçambicana²⁴.

Apesar de todas as hostilidade que a FRELIMO moveu contra as Igrejas, elas tiveram reacções diferentes na sua forma de actuar contra o governo. A Igreja Católica insurgia-se publicamente contra o Estado através de cartas pastorais ou em sermões durante as missas, enquanto que as Igrejas Protestantes optaram pelo silêncio, ou por contactos directos com o governo dando-lhe oportunidade ao governo de rever a sua política²⁵. A situação de tensão que se vivia entre as Igrejas, e o Estado levou a que alguns dirigentes da Igreja Católica se aliasse a oposição armada²⁶.

Factores internos e externos influenciaram a mudança de relações entre a Igreja e Estado durante a década de 80. A guerra movida pelo então regime de Ian Smith na Rodésia e mais tarde pela África do Sul via RENAMO e os actos de agressão e destruição sistemática daí advenientes, aliados as calamidades naturais que se abateram sobre o país provocaram uma difícil situação económica, obrigando os dois actores, Igreja e Estado a redefinirem o seu papel e as relações entre si.

²⁴ TAIMO, Jamisse- entrevista conduzida por Agostinho Jessen em Maputo 30/01/95

²⁵ MORIER-GENOUD, Eric (1996). "The Politics of Church and Religion in the First Multiparty Elections of Mozambique" .Internet Journal of African Studies n.1. p.2

²⁶ MORIER-GENOUD (1996). Op.cit p.57

É neste contexto que se verifica a aproximação do Estado as Igrejas. O primeiro sinal de mudanças da política da FRELIMO em relação as Instituições Religiosas dá-se nos finais de 1979. Em Dezembro de 1979 a FRELIMO convida os Líderes Católicos e Protestantes a participarem na Oitava Sessão da Assembleia Popular seguindo-se de um jantar no encerramento²⁷. No processo de crise que o país atravessava o Governo redefine os seus aliados, para fazer face a crise estabelece um novo tipo de relações com as Igrejas cujo papel no processo de reconstrução nacional e alívio as populações mais carentes se mostra crucial nesta fase.

O Governo concorda com a proposta das Igrejas Protestantes que 10% dos produtos de emergência recebidos pelo Conselho Cristão de Moçambique (CCM), podiam ser distribuidos pela própria Igreja e os restantes 90% distribuidos pelo Departamento de Combate as Calamidades Naturais (DPCCN)²⁸.

O Governo também diminuiu os ataques verbais contra as Igrejas, e a abertura nas relações entre ambas permite uma maior circulação dos Padres, Pastores e outros elementos da Igreja para se movimentarem para diversos locais.

A visita do Presidente Samora Machel a Gaza é bastante ilustrativa desta mudança de relações Estado-Igreja. Assim quando Machel recebeu queixas de os elementos do Partido a nível de

²⁷ MORIER-GENOUD (1996), ibidi p.59

²⁸ VAN, Koevering Helen (1993). "Recente Development in Mozambican Christianity. In: Gifford, Paul. New Dimensions in African Christianity. Ibadan, Sefer Book, p.137

base estariam a queimar documentos das Igrejas e proibiam os crentes de praticar o culto, este teria afirmado que:

"Não vos quero proibir de rezar. Podem continuar a rezar. Mas rezem para que este país seja forte para que este país tenha comida. Não tenham receio de ir a Igreja, e também não se escondam. Rezai a vontade. Se vocês se esconderem desconfiaremos das vossas actividades. Aos domingos, podem ir a Igreja e ser visto por toda a gente"²⁹.

As informações, críticas as Igrejas e outras informações relacionadas com as Igrejas eram difundidas como referi em grandes comícios ou em reuniões populares pelo Chefe de Estado e mais tarde difundidas pelos órgãos de base do Partido as camadas sociais nas Províncias, distritos e localidades. No conflito Igreja-Estado quem ia tirando os dividendos era a RENAMO que várias vezes teria acusado a FRELIMO de estar a hostilizar as Igrejas principalmente a Católica e que a sua luta também era para manter uma liberdade religiosa no País.

Esta atitude por parte da RENAMO veio a criar um clima de tensão no seio das Igrejas principalmente a Católica que o governo acusava de colaboração com a RENAMO.

"O apoio da Igreja Católica a Renamo nunca foi segredo para ninguém. Mesmo durante a guerra a direcção da igreja emitia cartas episcopais para serem lidas nas igrejas a exortar os crentes a creditar na vitória justa da RENAMO"³⁰

O período pós-independência marcou uma época extremamente difícil nas relações entre o Estado e as Igrejas, particularmente a Igreja Católica, por causa do seu alinhamento com o Estado

²⁹ MACHEL, Samora, Comícios em Xai-Xai e Chókwe, Revista Tempo, n. 600/82 (suplemento)

³⁰ SIMBINE Gabriel " A Igreja Católica e o Estado Colonial". In: Jornal Notícias, Fevereiro de 1995

Colonial no passado. As mudanças económicas e sociais agravadas pelo impacto da guerra contribuíram para mudança de atitude em ambas instituições e levaram a uma nova redefinição dos papéis jogados pela Igreja, criando em finais de 70 e princípios de 80 uma maior abertura na relação entre Igreja e Estado.

EH

III. CAPÍTULO: PREOCUPAÇÃO DAS IGREJAS PROTESTANTES COM A VIOLÊNCIA (1980-1992)

Este capítulo aborda os esforços realizados pelas Igrejas Protestantes no processo da busca da paz. Nele se incluem as várias fases das conversações até aos Acordos de Roma em 1992.

Nos anos 80 Moçambique estava mergulhado numa guerra que ceifou milhares de pessoas com as infraestruturas destruídas, situação agravada pela seca. O povo é quem mais sofria com a situação. Perante este flagelo as Igrejas não ficaram impávidas e sempre procuraram encontrar uma solução para o fim do conflito, envolvendo-se directamente na busca pela paz. Apesar da situação da difícil relação que ainda se vivia entre as Igrejas e o Estado, a situação interna piorava e necessitava de cuidados. No processo de crise social que se vivia as Igrejas no seu conjunto denunciaram as práticas dos crimes perpetrados, sua proveniência, os assassinatos, as execuções sumárias, os espancamentos brutais, os ataques armados e pilhagem a casas e pessoas indefesas. Estas denúncias eram feitas contra ambos os lados (Governo e RENAMO) e contra os países que apoiavam a guerra. Para aqueles que apoiavam a RENAMO, as Igrejas convidavam-nos a encontrar formas de reconciliação. Como já referimos desde 1979 que estes apelos eram feitos através de cartas pastorais, em sermões nas Igrejas e mesmo em encontros com representantes do Partido e Governo³².

³² Eis a lista de alguns documentos aos Bispos Católicos de Moçambique antes do Acordo Geral de Paz. Caminhos Para A Paz (1979), Um Apelo A Paz e a Conversão e Reconciliação (1983) A Urgência da Paz e Novo Apelo a Paz (1986), A Paz que o Povo Quer (1987), A Esperança da Paz, Urgir o Diálogo e A Paz Exige a Reconciliação (1990). BALOI (1995), *ibid*:p.511.

A independência do Zimbabwe em 1980, e o papel preponderante que Moçambique teve na guerra do Zimbabwe reabriu a esperança do fim da guerra em Moçambique e de um maior apoio da comunidade internacional. Só que a política de desestabilização de Moçambique foi transferido da Rodésia para a África do Sul, e a estabilidade continuava ameaçada.

É neste contexto que as igrejas voltam a insistir no diálogo para se encontrar uma forma de colaboração mútua entre o governo e Igrejas afim de se alcançar a paz.

A Direcção do Estado convoca uma reunião entre os dias 14 à 17 de Dezembro de 1982 com Confissões Religiosas³². Esta deveria discutir os problemas relacionados com as Igrejas e problemas internos do país bem como a procura de soluções comuns para a sua resolução. Um dos temas colocados na mesa pelas Instituições Religiosas foi a questão da paz. As Igrejas argumentaram sobre a necessidade de uma busca de diálogo incluindo todos os moçambicanos como única forma para por fim a guerra.

No mesmo encontro foi abordado o problema da discriminação nas instituições do Estado com base religiosa, tendo o representante da Igreja Católica afirmado:

"Que existia no país discriminação na função pública com base na religião, pediu a liberdade religiosa a ser respeitada em todas as províncias e em todos os lugares do país, pois isto constituía um factor para a Unidade Nacional"³³

³² MACHEL Samora, (1983). Op. cit. p.9

³³ MACHEL, Samora, (1983). ibidi. p.11

Por seu turno os representantes das Igrejas Protestantes não fugiram muito das questões apresentadas pela Igreja Católica, tendo levantado várias questões como a fome, a guerra e, tendo pedido uma explicação clara do Governo sobre o significado consagrado na constituição " o Estado garante ao cidadão a liberdade de praticar uma religião".³⁴

As preocupações apresentadas pela Igreja ao Presidente Samora Machel eram de um certo modo legítimas, se tomarmos em consideração a fase difícil que as Igrejas estavam a passar por um lado e por outro as dificuldades que o povo enfrentava com o desenrolar da guerra.

3.1. O ACORDO DE NKOMATI E OUTROS ESFORÇOS PARA ALCANCAR A PAZ

Numa tentativa de solucionar os problemas internos do país provocados pela guerra de desestabilização, em Março de 1984 o Governo Moçambicano assina o "Acordo de N'Komati" com a África do Sul. Com este acordo previa-se o fim da guerra em Moçambique com o cessar do apoio da África do Sul a RENAMO.

O Acordo de Nkomati na sua concepção seria um factor de estabilidade de Moçambique porque, era menos um foco de tensão na África Austral. Mas no Acordo faltou um dos intervenientes importante ao diálogo a RENAMO, que a FRELIMO apelidava de "Bandos Armados" não os considerando uma oposição válida porque a Frelimo acreditava que o factor externo era determinante para o fim da guerra.

³⁴ SENGULANE, Dinis. (1994)- Vitória sem Vencidos: A História do Processo de Paz para Moçambique de Ponto de Vista do Conselho Cristão de Moçambique. Maputo. p.7 [S.V.]

A África do Sul, que se havia comprometido em respeitar o acordo não o fez, continuando a fornecer armas a RENAMO como foi provado pelos documentos encontrados em 1985 no assalto à Casa Banana em Gorongosa³⁵.

Na sequência do Acordo de N'komati, o Governo Moçambicano estabeleceu contactos com representantes da RENAMO por intermédio do Governo Sul Africano afim de procurar resolver o conflito que ainda permanecia, em coerencia como foi referido com a interpretação que o Partido Frelimo tinha da guerra.

Com o fracasso de Acordo de Nkomati e o alastrar da violência, mais uma vez as Igrejas, chamaram a atenção do governo para a questão da paz, reafirmando que para se alcançar a paz se deveria iniciar o diálogo e não a da força das armas. Como a questão da paz era urgente o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) criou a Comissão de Paz e Rencociliação que era um instrumento virado simplesmente para os assuntos relacionados com a paz. Por sua vez esta comissão envia um documento ao Presidente a pedir que este e seu governo intervissem com acções concretas que levasse a restauração da paz.

Em 1986 da-se o desastre de Mbuzine, e a morte do Presidente Samora Machel. As Igrejas moçambicanas continuaram com os contactos em busca da paz, foram vários os contactos

³⁵ VINES, Alex. 1993, " Mozambique: The Road to People, 1982-1992, Paper for Sission Vik: The of war, the transition to Peace: Lessons from Mozambique. African Studies Association 36th Anual meeting, Boston. p.3

efectuados com o Presidente Joaquim Chissano, sucessor de Samora, dos quais destacamos as seguintes datas:

ANO	DATAS
1987	13/11/87
1988	11/08/88
1989	05/04/89
	08/07/89
	05/12/89
1990	15/05/90
	10/09/90
	08/10/90
	16/11/90
1991	14/01/91
	10/05/91
1992	10/01/92
	16/07/92
1993	16/04/93
	08/05/93

Quadro 2 Encontro das Igrejas com o Presidente Chissano

Fonte: SOUSA, José Augusto (1995). A Igreja e a Paz em Moçambique: Síntese Histórica 1974-1994. Maputo: Edibosco. p.30

A frequência das datas referidas no quadro 2 mostram-nos o grau de interesse que as Igrejas tinham em alcançar a paz e criar um clima de segurança em Moçambique para que as populações pudessem circular livremente.

À Setembro de 1988 o Papa João Paulo II, visitou Moçambique numa altura em que a guerra estava no seu "auge" o que pode ser avaliado pelo nível de violência que se vivia no país.

A visita do Sumo Pontífice pode ser considerada como um catalizador para o processo de paz em Moçambique, pelo conteúdo das suas mensagens. Assim, quer nos seus discursos e mesmo nos encontros oficiais o Sumo Pontífice sempre utilizou uma linguagem reconciliatória, e apoiou a iniciativa das Igrejas na busca da paz. Por outro lado também congratulou a posição do governo moçambicano pelos esforços que até então vinha desenvolvendo com vista ao fim da guerra.

A lei da Amnistia decretada em 1987 contribuiu muito pouco para a resolução da questão da paz. A lei 14/87 diz no seu artigo 1.

1. "São amnistiados os crimes contra a segurança do povo e do Estado popular previsto na Lei nº 2/79 de 1 de Março, cometidos por cidadãos Moçambicanos que, por qualquer forma tenha combatido ou promovido a violência contra o povo ou o Estado moçambicano, dentro ou fora do território nacional, desde que se entreguem voluntariamente.

2. A Amnistia aplica-se também aqueles que, anteriormente a data da entrada em vigor da presente Lei se tenham voluntariamente apresentado às entidades do Partido ou do Estado".³⁶

Com esta Lei o governo tinha como objectivos criar desestabilização no seio da RENAMO, provocando uma fuga de seus guerrilheiros para se entregarem ao governo. Se considerarmos a quantidade de elementos da RENAMO que se entregaram podemos concluir que o impacto da lei foi muito pequeno. O que pode explicar que a RENAMO estava militarmente bem

³⁶ Boletim da República, 3º Suplemento, 19 de Dezembro de 1987

estruturada. Este facto foi também notório aquando do cessar fogo em 1992, pois após ter decretado o cessar fogo de ambas as partes poucos ataques ou violações foram cometidas. Também considero que apesar do seu fraco impacto junto aos guerrilheiros Lei não resultou num fracasso total pois ela conseguiu atingir alguns elementos que compunham a guerrilha. Também é de referir que aos elementos que se entregavam ao governo, era-lhes concedido o perdão e reintegrados na família moçambicana porém, o governo não lhes dava condições de emprego para poderem constituir a sua família, o que acabou diminuindo os resultados não esperados pela aplicação desta Lei.

3.2. AS IGREJAS CONTACTAM A RENAMO COM A AUTORIZAÇÃO DO GOVERNO

O empenho do Governo na busca pela paz era clarividente pelas acções realizadas. Era porém necessário questionar qual o empenhamento da RENAMO no Processo de Paz. É neste contexto que uma delegação composta pela Igreja Católica e Conselho Cristão de Moçambique se desloca aos Estados Unidos da América em Março de 1988, a fim de contactar elementos da RENAMO, através de membros e simpatizantes da RENAMO que aí residiam.

Nos Estados Unidos a delegação não conseguiu contactar directamente com elementos da RENAMO, simplesmente alguns simpatizantes que "prometeram fazer chegar a mensagem a cúpula da RENAMO, Entre eles, contava-se com o Dr. Artur Vilanculos",³⁷ tendo, " O Senhor

³⁷ SUGULANE, op.cit, p.13

Artur Vilanculos prometido a delegação das Igrejas que tudo faria para que esta se encontrasse com elementos da RENAMO³⁸.

É assim que mais tarde a delegação das Igrejas é chamada para o Kénia a fim de se encontrar com elementos da RENAMO. Com o apoio do Kénia os preparativos para o diálogo são efectuadas em Nairobi, mas sem sucessos pela ausência da RENAMO. Entretanto a delegação manteve contactos com o Sr. Betwell Kiplagate Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros que prometera apoio através de contactos com a RENAMO.

Enquanto não se encontrava uma solução para o fim da guerra, Moçambique para sair da situação da crise financeira e económica em que se encontrava e para obter mais crédito a nível internacional, adere as instituições de Bretton Woods e, tendo para tal que fazer certas mudanças na sua constituição. Em Janeiro de 1990 é lançado em todo o país o Anteprojecto da Revisão da Constituição e debatida a nível nacional e promulgada a Novembro do mesmo ano. Nela foram retiradas os termos Marxista e Popular e Moçambique tornou-se um Estado de Direito. Esta reformulação na lei base, era uma das condições impostas pela Instituição de Bretton Woods do governo Moçambicano, bem como a Renamo servira do seu cavalo de batalha para as negociações.

A mudança da constituição era mais um esforço do Governo com vista por fim a guerra. "Entretanto devido a pressões internacionais consideráveis na altura, o governo moçambicano foi forçado a começar a preparar uma alteração a própria constituição do país, introduzir uma

³⁸ SENGULANE, Idem

economia de mercado, assim como um sistema multipartidário. Seguidamente, foi dado início a preparação de negociações com a Renamo".³⁹

É neste contexto que o governo Moçambicano implementa o Programa de Reabilitação Económica (PRE) como forma de "aumentar a produção e restabelecer balanço macro económico".⁴⁰

Enquanto o impasse se verificava nas conversações de Nairobi, o Arcebispo da Beira e a título individual procura outros caminhos para se encontrar com os elementos da Renamo. Desloca-se a Gorongosa a fim de se encontrar com o Presidente de Renamo, numa altura em que a guerra já havia causado perto de "cem mil inválidos, mais de um milhão de refugiado no exterior, e de três milhões e meio de deslocados no interior. O número de famílias dispersas calcula-se que seja de umas trezentas mil e o de crianças abandonadas cerca de duzentas mil. Quatro milhões e meio de pessoas correm o risco de morrer de fome nos próximos nove meses".⁴¹

O Arcebispo da Beira fez essa deslocação a Maringué sob vários riscos pessoais, pela interpretação que a FRELIMO poderia dar a essa deslocação tomando em conta que ela foi feita secretamente, e numa altura em que o Governo desconfiava do apoio da Igreja Católica a RENAMO.

³⁹ ABRAHASSON, Hans e NILSSON, Anders (1995). Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique. Maputo.p.10-11.

⁴⁰ ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON Anders. (1996). " The Washington Consensus" e Moçambique : A importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento no continente Africano. p. 38

⁴¹ SOUSA, op. cit, p.35

Finalmente em 1989, em Nairobi deu-se o encontro entre as delegações das Igrejas Católica e Protestantes composta pelo bispo D. Diniz Sengulane e o Pastor Ozias Mucache por parte das Igrejas Protestantes, e D. Alexandre M. Santos e D. Jaime Goncalves pela parte da Igreja Católica, com uma delegação Sênior da Renamo composta por Raúl Domingos, Vicente Ululu, João Almirante, Faustino Adriano e Cristóvão Soares. No encontro foram discutidos o problema de paz em Moçambique, tendo a delegação da Renamo declarado que também eles estariam interessados no fim da guerra, e no seu primeiro encontro com o Presidente da RENAMO esta posição ficou bem patente. Com a delegação das Igrejas em Nairobi para contactos com o Presidente da RENAMO, o Presidente Chissano convoca uma conferência de Imprensa e afirma que o governo estava empenhado na busca de paz, e para tal se encontrava na capital do Kénia uma delegação das Igrejas e que nela se incluíam alguns directores como observadores do governo. Na bagagem levavam 12 pontos que serviriam de base para o início das negociações, aprovadas pelo Comité Central da Frelimo em Junho de 1989. "Para facilitar os esforços medianeiros preconizados pelas hierarquias religiosas o governo difundiu alguns princípios básicos destinados a garantir a reconciliação através da renúncia a violência".⁴²

Os 12 pontos representavam uma nova posição do governo e do partido Frelimo na busca pela paz que até então sempre defendera que cabia a Renamo parar com a guerra sem impor condições.

⁴² Wuyts, Marc (1990). Gestão Económica e Política de Reajustamento em Moçambique. Maputo. p.92

Em Nairobi a delegação apresentara ao Líder da Renamo os 12 pontos propostos pelo governo mas só no segundo encontro é que se obteve resposta porque a RENAMO havia pedido um tempo para os analisar. Por sua vez na segunda ronda de conversações a RENAMO trouxe consigo uma outra proposta de 16 pontos para que o governo respondesse. "A RENAMO submeteu uma tentativa grosseira de fundamentar o conflito, 16 pontos, que ou surgem como reduntantes por isso inúteis e contraditórios nos princípios de restauração da democracia".⁴³

Num dos pontos a Renamo exigia a retirada de forças estrangeiras do país como Cubanos, Tanzanianas e principalmente as Zimbabweanas que apoiara o governo a ocupar a Casa Banana seu Quartel General na Gorongosa, como uma das condições para o início das conversações.

3.3 RETIRADA DAS IGREJAS DAS NEGOCIAÇÕES A PEDIDO DO PRESIDENTE CHISSANO

Até então pareciam criadas condições para um diálogo. A Comissão de Paz e Reconciliação envolvida no processo de procura de paz para Moçambique desde 1988, criou as condições para que as partes em conflito (Governo e a Renamo) se sentassem a mesa das negociações a pedido do Presidente Chissano que convidou o Presidente Robert Mugabe do Zimbábue e Daniel Arap Moi do Kénia para servirem de mediadores no processo de paz. Estes convites foram feitos tomando em conta as alianças de ambos com a Frelimo e Renamo. O Presidente Mugabe tinha as suas forças militares a combater ao lado do Governo, o Presidente

⁴³ Wuyts, Idem

Arap Moi para além de ser amigo do Presidente Chissano tinha permitido que as negociações decorressem no seu país e tinha uma certa afeição pela Renamo.

Entre Nairobi e Roma, foi um longo caminho a percorrer, foram necessárias onze rondas negociais desde o dia 8 de Julho de 1990 até dia 10 de Agosto de 1992 com os acordos de Roma.

As partes envolvidas no conflito criavam vários problemas começando pelo local onde se iriam realizar as conversações. Roma foi o lugar escolhido por consenso, com o patrocínio da Comunidade de Santo Egidio, foi para onde se dirigiram as delegações a partir de 8 de Julho de 1990.

Preocupado com a lentidão das conversações o Conselho Cristão de Moçambique reuniu-se por duas vezes com o Líder da Renamo no Malawi e com o Presidente Chissano, para pedir a ambos mais sensibilidade nas negociações, uma vez que o povo ainda continuava a morrer por causa de guerra. Por outro lado o Conselho Cristão de Moçambique queixou-se da retirada da sua comissão das negociações mantendo-se a Igreja Católica. A este respeito eles apontaram que haviam enviado uma carta ao Arcebispo da Beira Dom Jaime, pedindo uma justificação, e este afirmara que o governo na pessoa do Presidente Chissano é que os mantevera a frente.

" Ficamos espantados ao ouvirmos da sua boca que sempre esperou a participação do Conselho Cristão de Moçambique no processo negocial e que havia exigido a Dom. Jaime a presença do Conselho Cristão de Moçambique, mas Dom. Jaime em resposta dizia que Chissano não tinha autorizado a participação de membros de outras igrejas.

Mais adiante Dhlakama disse ter escrito uma carta para Roma exigindo a presença de Conselho Cristão de Moçambique ou pelo menos de Dom Diniz Sengulane⁴⁴.

Se por um lado a estratégia do governo era retardar o cessar fogo, para ver até que ponto a situação no terreno se desenvolvia a seu favor já que em Gorongosa se desencadeavam operações em grande escala, com o objectivo de encurralar a RENAMO e obrigá-la a ir a mesa de negociações com uma posição de força, por outro, o governo moçambicano e do Zimbabwe utilizaram outra estratégia contra a RENAMO, decidindo aceitar o acordo de retirada dos soldados Zimbabweanos do país, embora que o acordo ficaria apenas no papel. Assim deveriam confinar cerca de 6.400 soldados Zimbabweanos nos corredores da Beira e Limpopo, mas em vez de fazer isso, a FRELIMO misturou os soldados zimbabweanos com moçambicanos para operar no Sul do país⁴⁵. A RENAMO por não ver a aplicação do acordo, atacou estes corredores em 1991, tendo justificado a comunidade internacional tal atitude através da acusação de que a FRELIMO não estaria a cumprir com o acordo camuflando os soldados Zimbabweanos⁴⁶.

Apesar de todas estas contradições, e atrasos, foi assinado o cessar fogo em 1992 em Roma que punha fim a guerra que durou cerca de 16 anos, e causou muita destruição.

⁴⁴ Acta do Encontro do Conselho Cristão de Moçambique: Comissão de Paz e Reconciliação com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, a 28 de 01.92, em Blantayre, p.1.

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Acta do Encontro do Conselho Cristão de Moçambique, Comissão de Paz e Reconciliação. ibidi.p 2

4. CONCLUSÃO

Ao fim deste trabalho, importa recordar que os objectivos que me propus, desde o início, eram de trazer a luz o papel que as Igrejas Protestantes desempenharam no Processo de Paz em Moçambique, destacando as relações entre as Igrejas e o Estado quer no período colonial quer no pós-independência, bem como o Estado após a Independência.

No período colonial a Igreja Católica possuía a hegemonia em relação as outras igrejas. Após a assinatura da Concordata em 1940, a Igreja Católica passou a assumir uma relação privilegiada com o Estado e uma posição de alinhamento em relação a política indígena aos princípios de colonização. As Igrejas Protestantes eram consideradas estrangeiras e de suspeitas de estarem a promover ideias nacionalistas junto as populações africanas, razão pela qual as autoridades coloniais dificultavam a sua entrada no país e confinavam as suas actividades a uma área geográfica, tentando assim evitar que a sua influência se difundisse para outras partes do país.

Com a Independência de Moçambique. O Estado declara-se laico, não se conotando com qualquer religião. A política seguida pela FRELIMO após a Independência em relação as Igrejas vai provocar um novo conflito Estado-Igrejas. As nacionalizações dos bens das Igrejas na área da Saúde e Educação reduziram a acção das igrejas junto das populações, particularmente da Igreja Católica agudizando as relações difíceis entre as duas instituições.

Esse conflito Estado-Igrejas vai diminuir por volta de 1980, com a redução dos ataques por parte do Estado as Igrejas. Esta aproximação dá-se numa altura em que a situação interna do

país necessitava de muitos cuidados sobretudo por causa da guerra que fazia muitas mortes, destruição económica, aliadas as calamidades naturais (seca e ciclone) que se abatera sobre o país, e em que era importante estabelecer alianças para resolver os problemas do país. Em 1984 o Governo Moçambicano assina o Acordo de Nkomati com a África do Sul com vista a terminar com a guerra. Este acordo falhou e mais uma vez as Igrejas chamaram a atenção ao Governo para uma solução negociada que pusesse fim a guerra.

Em 1987 o Governo Moçambicano dá o aval as Igrejas no sentido de criarem condições que levasse a confiança entre as partes envolvidas no conflito (FRELIMO e RENAMO). Esta confiança foi estabelecida com o apoio das Igrejas, sendo possível a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, em 1992 pondo fim a mais uma guerra que durou cerca de 16 anos.

5 . BIBLIOGRAFIA

ENTREVISTAS

1. **JAMISSE**, Taimo, entrevista conduzido por Agostinho Jessen em Maputo, 30/01/96
2. **MATSINHE**, Valente, entrevista conduzido por Agostinho Jessen em Maputo, 26/01/96
3. **MUCACHE**, Osias, entrevista conduzido por Agostinho Jessen na Machava, 13/07/96
4. **SENGULANE**, Dinis, entrevista conduzido por Agostinho Jessen em Maputo, 10/10/94

FONTES PRIMÁRIAS

1. Carta do Bispo João Somane Machado, do Conselho Cristão de Moçambique dirigida a sua Excelência, o Senhor Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano. (fonte existe no Conselho Cristão de Moçambique).
2. Acta da Reunião do dia 31 de Janeiro de 1992, do Conselho Cristão de Moçambique, Comissão de Paz e Reconciliação. (existe no Conselho Cristão de Moçambique).
3. Acta do encontro do Conselho Cristão de Moçambique Comissão de Paz e Reconciliação com o Líder da renamo Afonso Dhlakama, à 28/ 01/92 em Blantayre.

FONTES NÃO PUBLICADAS

1. **MORIER-GENOUD**, Eric (1984). "Of God and Caesar". The relations between the Christian Churches and the State in post-colonial Mozambique, 1975-1992. Revised Version of a dissertation for the Master of Science in Political Science at the School of Oriental African Studies.

FONTES PUBLICADAS

1. **HELGESSON**, Alf (1994)- Church, State and people in Mozambique: An Historical Study with Special Emphasis on Methodist Developments in the Inhambane Region, Uppsala.
2. **ABRAHAMSSON**, Hans e Nilsson, Anders (1996) - The Washington Consensus"e Moçambique: A importância de questionar o modo de pensar Ocidental sobre o processo de desenvolvimento no continente africano. Department of Peace and Development Research, Goutenbourg University.
3. **ABRAHAMSSN**, Hans e Nilsson, Anders (1995) - Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique. Maputo.
4. **BALOI**, Obed (1995) - " Gestão de Conflitos e Transição Democrática. In: MAZULA Brazão, Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo, pp.551-527

5. **BELCHIOR**, Manuel Dias - "A Evolução política de Ensino em Moçambique". In: Moçambique. Curso de Extensão Universitária. Ano lectivo de 1964-1965. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Ultramarina.
6. **FERREIRA**, Eduardo de Sousa (1997) - O Fim de Uma Era : O Fim do Colonialismo Português em África. Lisboa.
7. **GONÇALVES**, José Júlio. (1960) - Protestantismo em África: Contribuição para o Estudo do Protestantismo na África Portuguesa. Lisboa.
8. **HEDGES**, D. e **ROHA**, A. (1997) - " Moçambique Durante o Apogeu do colonialismo Português, 1945-1961: A Economia e a Estrutura Social. In: Caderno de Moçambique nº6 Capítulo 4. Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane. 64p.
9. **LE GOFF**, Jacques, et al. (1977) - A Nova História, Edições 70. Lisboa.
10. **MACHEL**, Samora. (1990) : "Reunião de Direcção do Partido e do Estado com os Representantes das Confissões Religiosas". In: Consolidemos Aquilo que nos Une, Maputo.
11. **MACHEL**, Samora. (1975) - Discursos. In: Notícias de 25.07.75.

12. **MACHEL, Samora** - Comícios em Xai-Xai e Chókwe. In: Tempo, Maputo, nº600/82 (suplemento).

13. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. BOLETIM OFICIAL**, Maputo, 1982.

14. **CONSTITUICAO DA REPUBLICA POPULAR DE MOCAMBIQUE. BOLETIM FICIAL**, 1. Série, Maputo, 1975.

15. **MORIER-GENOUD, Eric** (1996) - " The Politics of Church and Religion in The First Multiparty Elections of Mozambique. Intervet Journal of African Studies nº1.

16. **MORIER-GENOUD, Eric** (1996) - "Of God and Caesar : The Relation Between Christian Church and The State in Past Colonial Mozambique 1974-1981. Lausanne; University de Lausanne Le Fait Missionnaire, Cahier nº3.

17. **ROSAS, Fernando** (1926-1974) - História de Portugal Vol.7. Editora Estampa (dirigido por José Mattoso). Lisboa.

18. **SENGULANE, Dinis**. (1994) - Victória Sem Vencidos: A História do Processo de Paz para Moçambique de Ponto de Vista do Conselho Cristão de Moçambique. Maputo.

19. **SERAPIÃO, Luís B.** (1993) - "Mozambique Liberation Front (FRELIMO) and Religion in: Mozambique, 1962-1988". in: *Revista Africa: Instituto Italo Africano*. 110-124p.

20. **SILVA, Teresa Cruz.** (1992) - *Colonialismo e Protesto no Sul de Moçambique, 1940-1974*. "IIº Painel Moçambique. Maputo. 16p.

21. **SOUSA, José Augusto Alves.** (1995) - *A Igreja e a Paz em Moçambique : Síntese Histórica 1974-1994*. Maputo: Edibosco.

22. **S.J. Agostinho Veloso.** (1965) *D Teodósio Clemente de Gouveia : Palatino de Portugal a Serviço de Deus*. Lisboa.

23. **VINES, Alex,** "Mozambique: The Road to People, 1982-1992, Paper for Sission Vik: The Impact of war, the transition and to peace : Lessons From Mozambique. African Studies Association 36th Annual Meeting. Boston.

24. **VINES, Alex and WILLSON, Ken.** (1983) "Church and the Paece Process in Mozambique" : Paper Present at the Christian Churches and Africa Democratisation, University o Leeds.

25. **VAN KOERVING, Helene** (1993) - "Recent Development in Mozambique Christianity. In: **GIFFORD, Paul,** 1993, *New Dimensions in African Christianity*. Ibadan, Sefer Book.



CONSELHO CRISTÃO DE MOÇAMBIQUE
COMISSÃO DE PAZ E RECONCILIAÇÃO

Acta da reunião do dia 31 de Janeiro de 1992

AGENDA:

1. Relatório da viagem ao Malawi.
2. Seminário de Preparação para a Paz em Cabo-Delgado.
3. Outros Seminários;
4. Diversos.

PRESENCAS:

- | | |
|------------------------|-------------------------|
| Rev. Luis Uenela, | Rev. Filipe Sique Banze |
| Revmo. Sengulane | Rev. Amosse B. Zita |
| Revmo. Machado | Fr. Lucas Amosse Tivane |
| Sra Marta Mubumo | Sr. Boaventura Zita |
| Sra Ermelinda Nhasengo | Sr. Valente Matsinhe |
| Rev. Williamo Matsinhe | |

Iniciamos o trabalho por uma oração dirigida por Rev Banze e prosseguimos com a nossa agenda.

1. Foi lido o relatório da viagem do Malawi cujo delegados foram: Bispo Sengulane, Bispo Machado e Pastor Tivane. No fim do relatório o Bispo Machado acrescentou que o presidente da Renamo havia dito que tinha escrito uma carta para os mediadores em Roma exigindo que o CCM fizesse parte das conversações e mencionara o nome do Bispo Sengulane como um dos que deviam estar no grupo do CCM, mas que os mediadores responderam negativamente dizendo que não era aceitável que os protestantes fossem se misturar com os católicos na terra do Santo Padre.

A CPR procurou saber dos delegados qual teria sido a sua impressão quanto a personalidade de Dhlakama ao desejar encontrar-se com Chissano. A delegação respondeu que tinham visto Dhlakama como um homem sério que apenas pretende dialogar com presidente Chissano afim de encontrar um meio de chegar ao fim da guerra numa confiança mútua.

A CPR aceitou o relatório e recomendou que a delegação fosse encontrar-se com o presidente da República; nesta delegação ao Chissano devia ser incluso o Presidente do CCM, Rev. Uenela.

2.0 Bispo Sengulane deu o relatório oral sobre o Seminário de Preparação para a Paz em Cabo Delgado e disse que tudo tinha decorrido bem e que os católicos participaram no mesmo; o Bispo Sengulane bem como Pastor Jamisse hospedaram em casa do Bispo de Nacala. Tinham recebidos pelo governador de Nacala que os convidou à um jantar e no último dia veio ao aeroporto despedir-se da CPR.

O presidente da CPR informou que tinha enviado o dinheiro para custear as despesas do Seminário em Nacala, o mesmo foi recebido pelo presidente provincial do CCM, pastor ALFREDO ALBINO. Este gastou, em 5 dias, o valor de 3.512.550MT, por despesas não justificadas o pastor Dinis (seu colega da Igreja) gastara 280.000MT para compra de coisas injustificáveis (comprou 5 caixas de cerveja). Todavia o pastor Alfredo prometera pagar e assinou o termo de responsabilidade dos 3.512.550MT.

Ouvido isto a CPR propôs que o caso fosse comunicado à sua Igreja - Igreja Evangélica de Cristo em Nampula - e que o mesmo devia ser suspenso das funções do presidente provincial do CCM em Cabo Delgado e o CCM devia seguir os tramites necessários para a devolução do montante em causa. A sua Igreja devia tomar conhecimento no sentido de participar no processo da procura de devolução do montante.

CONSELHO CRISTÃO DE MOÇAMBIQUE

n/Ref#:

v/Ref#:

Data:

SUA EXCELENCIA, O SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE, JOAQUIM ALBERTO CHISSANO.

EXCELENCIA

"Bem-aventurado os pacificadores porque se são chamados filhos de Deus" (Mateus 5:9). Com estas palavras saudamos a Sua Excelência em nome do Nosso Senhor Jesus Cristo.

Foi com muita alegria que o Conselho Cristão de Moçambique tomou conhecimento da compreensão e decisão da Sua Excelência concernente ao encontro com o senhor AFONSO DLHAKAMA, líder da RENAMO, a fim de os dois terem a oportunidade de se debruçarem sobre o fim da guerra em Moçambique.

O povo Moçambicano continua em risco de eliminação massiva pela guerra e pela fome uma vez que centenas de pessoas estão diariamente morrendo até a data. Portanto, parar com a guerra seria o primeiro passo de valor inestimável para o salvamento de moçambicanos. Parar com a guerra é também um prémio inesquecível que não pode ser comprado com dinheiro nem se pode usurpar daqueles que com firmeza de coração decidiram parar a guerra entre os irmãos assim trazendo a paz e reconciliação entre si mesmos e para a nação.

"Quão suaves são sobre os montes, os pés do que anunciam as boas novas, que faz ouvir a paz, que anunciam o bem, que faz ouvir a salvação..." (Isaias 52:7).

Asseguramos à Sua Excelência que vai a este encontro acompanhado das orações de todos os membros das Igrejas afiliadas ao Conselho Cristão de Moçambique. Confiamos no seu amor pela Pátria e temos esperança que a sua viagem será bem sucedida.

Ao terminarmos agradecemos bastante a sua boa vontade de nos receber e desejamos que Deus lhe abençoe.

O Presidente do CCM.

Fonte: Conselho Cristão de Moçambique - Maputo

Revmo Bispo João Somane Machado